



RAÇA, GÊNERO E TERRITÓRIO NA GEOGRAFIA BRASILEIRA: UM CAMPO EM DISPUTA¹

Autora: Ana Verônica Barbosa Isidório²

Coautora: Dra. Camila Dutra dos Santos³

Resumo:

Este trabalho se propõe a uma análise crítica da geografia brasileira a partir da interseccionalidade entre raça, gênero e território. Tomando como base o território da Comunidade Carrapato, no município de Crato – Ceará, e as vivências de três gerações de mulheres negras. O escrito pretende articular um diálogo intergeracional e crítico-reflexivo sobre a constituição e formação da identidade dessas mulheres negras, considerando suas narrativas como expressões singulares de raça e gênero, para suas resistências na constituição de seus territórios. Também é objetivo desse texto problematizar a insuficiência do debate dessas categorias no campo geográfico, buscando alinhar com uma epistemologia feminista, negra e decolonial. Apoiada em autoras como Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Joseli Maria Silva, Kabengele Munanga, Alex Ratts e Carla Akotirene, a análise busca denunciar a invisibilidade histórica de corpos dissidentes na produção do saber geográfico e reivindica uma geografia comprometida com a justiça social, tanto do ponto de vista de quem produz a ciência como das existências apagadas ou esquecidas por esse saber.

Palavras-chave: Interseccionalidade, Raça; Gênero; Território.

Abstract:

This work proposes a critical analysis of Brazilian geography through the intersectionality of race, gender, and territory. It takes as its basis the territory of the Carrapato Community, located in the municipality of Crato, Ceará, and the experiences of three generations of Black women. The text seeks to articulate an intergenerational, critical, and reflective dialogue on the constitution and formation of the identity of these Black women, considering their narratives as unique expressions of race and gender, as well as of their resistance in the construction of their territories.

Another objective of this paper is to question the insufficiency of the debate on these categories within the field of geography, aiming to align it with a feminist, Black, and decolonial epistemology. Drawing on authors such as Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Joseli Maria Silva, Kabengele Munanga, Alex Ratts, and Carla Akotirene, the analysis seeks to expose the historical invisibility of dissident bodies in the production of geographical knowledge and calls for a geography committed to social justice — both from the standpoint of those who produce science and of the existences erased or forgotten by such knowledge.

Keywords: Intersectionality; Race; Gender; Territory.

INTRODUÇÃO

¹ Trabalho oriundo de pesquisa de mestrado com o título: Vozes-mulheres: território, gênero e raça – narrativas intergeracionais de mulheres negras da comunidade Carrapato, Crato/CE. Financiamento CAPES

² Universidade Estadual do Ceará – UECE, veronica.isidorio@aluno.uece.br

³ Universidade Estadual do Ceará – UECE, camila.dutra@uece.br



Historicamente, moldada por epistemologias eurocentradas, a geografia brasileira negligenciou, de maneira sistemática, as categorias de raça e gênero aniquilando o conhecimento a partir dessas perspectivas e invisibilizando as experiências negras, indígenas e LGBTQIAPN+ nos territórios onde habitam, resistem, recriam e produzem conhecimentos. A presente reflexão, escrita a partir da experiência situada de uma mulher, feminista negra, sapatão e nordestina, surge para tensionar a produção acadêmica tradicional e propor uma ampliação dos debates e das produções geográficas voltadas para esses temas. A proposta é potencializar o saber da ciência geográfica como um campo de disputa, onde a interseccionalidade se torna chave para pensar os territórios e suas desigualdades, mas sobretudo propor outras formas de ler e intervir no mundo.

Desde sua institucionalização, o campo geográfico foi construído em diálogo com paradigmas eurocêntricos e positivistas, que priorizavam análises quantitativas e estruturas fixas de poder, ignorando as dinâmicas interseccionais que moldam o espaço. Essa lacuna é ainda mais evidente no contexto brasileiro, onde questões raciais e de gênero são centrais na constituição do território e das relações sociais desde a colonização, mas permanecem marginalizadas na geografia convencional.

Este estudo, que ainda se encontra em andamento, tem o financiamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, no curso de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Estadual do Ceará – UECE, teve início no ano de 2024 e tem, como território escolhido, a comunidade do Sítio Belo Horizonte, no município de Crato/CE. Popularmente conhecida como Carrapato, essa comunidade constitui o cenário empírico da nossa análise. Formada majoritariamente por famílias negras, a comunidade expressa formas de resistência territorial que têm as mulheres como suas principais articuladoras. A partir da análise intergeracional das experiências de mulheres nascidas entre as décadas de 1940 e os anos 2000, observam-se diferentes estratégias de enfrentamento ao racismo, ao patriarcado, à pobreza e à exclusão territorial. A atuação dessas mulheres, na associação comunitária, no Ponto de Cultura Carrapato Cultural e nos projetos produtivos, reflete novas territorialidades construídas a partir da intersecção entre a raça, o gênero e a classe. Essa análise tem sido possível pela relação estabelecida entre a pesquisadora e a comunidade.

Essa pesquisa, por tanto, tem por objetivo estabelecer um diálogo crítico-reflexivo sobre a constituição e formação da identidade de mulheres negras de três gerações da Comunidade Carrapato, considerando suas narrativas como expressões singulares de raça e gênero na constituição do território coletivo. A vida dessas mulheres é atravessada por momentos históricos distintos e que na variável tempo, conseguem se encontrar através da memória e da



vivência num encontro de gerações. A cada vivência geracional percebe-se o rastro das opressões que atravessam suas vidas, traduzidas no racismo e no machismo que ao longo da história vai se mostrando impetuoso, ao passo que a vivência dessas mulheres, vai abrindo fissuras urgentes, que são alargadas a cada geração posterior, buscando criar condições de vida mais digna e mais segura.

A geografia brasileira, ao longo de sua história, tem reproduzido as limitações epistemológicas herdadas de tradições eurocêntricas. Como argumenta Ratts (2014), o espaço público e privado no Brasil é profundamente marcado por relações de raça e gênero, mas essas dimensões raramente aparecem como categorias centrais na análise geográfica. Essa invisibilidade não é neutra, ela reflete e reforça as estruturas de poder que marginalizam mulheres negras, indígenas e outras populações vulnerabilizadas.

No entanto, a geografia tem potencial para ser uma ciência transformadora. A perspectiva racial e de gênero, defendida por autoras como Maria das Graças Silva e Joseli Silva, permite compreender como múltiplos eixos de opressão raça, gênero, classe, sexualidade etc., interagem para moldar o espaço e as experiências individuais e coletivas nele inscritas. Essa abordagem é particularmente relevante no Brasil, onde as desigualdades raciais e de gênero são estruturantes das dinâmicas territoriais. Nessa perspectiva, Silva e Silva (2014), afirmam que há caminhos possíveis a serem alargados pela ciência geográfica se considerarmos, por exemplo, que “a produção intelectual dos feminismos negros traz grande contribuição para as ideias de articulação, relativismo e pluralidade” (Silva; Silva, 2014, p. 18), podendo servir de arcabouço para tais discursões no âmbito da geografia.

A justificativa para este artigo reside, portanto, na necessidade de ampliar o debate e a prática por uma geografia que enfrente essas questões de forma crítica e propositiva, compreendendo os conceitos de raça e de gênero como fundamentais para entender as dinâmicas socioespaciais que conformam o Brasil, pois é a partir deles que se constroem hierarquias e exclusões que atravessam todos os aspectos da vida. Como nos mostra Rosa Ester Rossini (1993, 2013) a exemplo das relações de trabalho, onde a raça e o gênero manifestam as desigualdades no espaço. Porém muitas vezes essas relações são culturalmente naturalizadas, impondo sobre esses corpos dissidentes, lugares de subalternidades.

Para ampliação teórica e metodológica da geografia voltada para as temáticas mencionadas, a *interseccionalidade* pode ser um importante instrumento. O conceito de *interseccionalidade* foi cunhado pela intelectual negra estadunidense, Kimberlé Crenshaw, em 1989 (Crenshaw *apud* Akotirene, 2020), para se referir a uma abordagem analítica que busca compreender como diferentes sistemas de opressão e discriminação, como raça, gênero e classe



interagem de maneira simultânea e se entrelaça na experiência das mulheres negras. No Brasil a professora Carla Akotirene trabalha o termo nos ajudando numa compreensão mais profunda e contextualiza à realidade brasileira:

“a interseccionalidade (...) demarca o paradigma teórico e metodológico da tradição feminista negra, promovendo intervenções políticas e letramentos jurídicos sobre quais condições estruturais o racismo, o sexismo e violências correlatas se sobrepõem, discriminam e criam encargos singulares às mulheres negras. (...) - a interseccionalidade reducionismos da política de identidade – elucida as articulações das estruturas modernas coloniais”. Akotirene (2020, p. 29).

Ao integrar essas perspectivas, este artigo busca contribuir para uma geografia que seja, simultaneamente, teórica e politicamente engajada, capaz de imprimir marcas de ações reais e concretas na vida da sociedade brasileira, aparando as arestas das desigualdades promovidas por tais opressões. Como destaca Doreen Massey (in Silva et all 2017), repensar o espaço a partir de uma perspectiva feminista e antirracista não é apenas uma questão acadêmica, mas também uma questão de justiça social. Isso implica reconhecer que o espaço é um produto de relações sociais, mas também um campo de disputa e transformação. É nesse sentido que a abordagem interseccional se torna essencial, ela não apenas ilumina as desigualdades que estruturam o espaço, mas também aponta para possibilidades de resistência e emancipação.

Na comunidade carrapato, nos deparamos com mulheres negras de diferentes gerações, mas que se encontram em dores e resistências, cada uma a seu tempo. O racismo, o patriarcado e a pobreza, permeiam as gerações, produzindo pontos e contrapontos diferentes para cada geração. Mas o que há em comum é a possibilidade de se reinventar a cada tempo e construir caminhos de resistências capazes de conduzir a geração seguinte por modelos de existências mais afetuosos, seguros e menos violentos.

METODOLOGIA

O artigo proposto articula teorias e práticas que fundamentam uma abordagem qualitativa crítica, interseccional e participativa no campo da geografia. Essa fundamentação encontra respaldo nos textos de Arilda Godoy, Brandão e Borges, e Angela Souza, que oferecem conceitos metodológicos essenciais para aprofundar a análise apresentada no artigo. Aqui, dialogamos com esses autores para justificar os procedimentos metodológicos adotados.

Angela Souza (2016), enfatiza a etnogeografia como uma metodologia qualitativa que valoriza a experiência e os saberes dos sujeitos em seus contextos socioculturais e espaciais destacando-a como uma ferramenta poderosa para captar dinâmicas complexas que estruturam o espaço e território.



A pesquisa parte de uma abordagem qualitativa, crítica e interseccional, ancorada na etnogeografia, conforme discutido por Angela Souza (2016). Através da imersão no cotidiano da comunidade e da escuta ativa das narrativas femininas, o estudo se propõe a compreender os processos de construção identitária territorial, sem separar a análise espacial das dinâmicas de poder. Essa metodologia é uma escolha política ao priorizar as vivências concretas e os saberes locais, tentando romper com os modelos abstratos e distanciados que ainda predominam na academia.

Inspirando-se no conceito de “imersão” defendido por Souza (2016), o artigo argumenta que compreender as dinâmicas interseccionais requer atenção às práticas cotidianas e às resistências das sujeitas marginalizadas, buscando realizar análises detalhadas das interações entre raça, gênero e classe para uma perspectiva de poder no espaço. Isso contribui para revelar as camadas de opressão e resistência que se entrelaçam no território. Esse caminho metodológico propõe o espaço e o território como *locus* vivo de disputa, em consonância com as práticas e vivências das mulheres negras, indígenas e outras populações invisibilizadas. Essa escolha metodológica é coerente com a necessidade de romper com as abordagens tradicionais da geografia, frequentemente distantes das experiências concretas dos sujeitos.

Propomos a ampliação de um debate metodológico, através das metodologias qualitativas, demonstrando que quando articuladas com teorias críticas como a interseccionalidade e a proposta descolonializada, podem revelar dinâmicas de poder ocultas e propor caminhos para a resistência e emancipação. Por meio dessa fundamentação, o artigo contribui para consolidar a geografia interseccional como um campo teórico e metodológico engajado, capaz de enfrentar os desafios contemporâneos relacionados às desigualdades de raça, gênero e classe na perspectiva do território.

A *pesquisa participante* tem nos ajudado a produzir conhecimento com base na vivência das sujeitas pesquisadas, pois a mesma, se propõe a unificação da realidade social, territorial e política em sua dinâmica e estrutura (Brandão; Borges, 2007), o que tem admitido que se crie uma atmosfera de confiança e respeito entre a pesquisadora e as interlocutoras. A utilização dessas metodologias alinhadas à vivência da pesquisadora nas lutas dos movimentos sociais, faz desse trabalho, também, uma possibilidade de sistematizar, potencializar e reverberar vozes e saberes de mulheres negras silenciados por uma imposição eurocentrada, como também pode se tornar mais um instrumento de provocação e desconstrução de paradigmas acadêmicos que limitam a conexão da universidade com a comunidade.

Desta forma propomos expor estratégias de coleta e análise de informações, que possam contribuir com pesquisas geográficas interseccionalizadas e direcionadas a uma produção



científica que revele as marcas reais de uma sociedade racializada e generificada. Assim, recorrer à proposta de uma pesquisa qualitativa, nos faz compreender o sentido ético que o trabalho pode nos proporcionar:

As reflexões teóricas e metodológicas se fazem presentes na geografia, visto que nós, pesquisadores, temos o objetivo de aprimorar nossos conhecimentos e superar os desafios que nos são lançados. Quando optamos pelos estudos qualitativos, estamos lidando com uma dupla obrigação: em um primeiro lugar, com nossos compromissos de pesquisa; e, em segundo, com as pessoas pesquisadas. Estas deixam de ser meramente “objetos de pesquisa” para ser protagonistas de nossos estudos, “sujeitos da pesquisa” que interagem e dão voz (Souza, p. 63, 2016).

Conectar esses percursos metodológicos tem sido importante para garantir uma pesquisa respeitosa, dialógica, horizontalizada, desconstruída de preconceitos e alinhada com a prática histórica de interlocução da pesquisadora. As metodologias escolhidas ajudam a implementar o caráter não neutro da pesquisa, evidenciam um posicionamento político que se propõe a visibilizar a atuação das mulheres negras na comunidade. Valorizam o saber das participantes e suas experiências de vida, rejeitam a neutralidade da pesquisadora, promovem uma relação horizontal entre a pesquisadora e as sujeitas, e buscam a transformação social, cultural ou institucional através do saber situado das interlocutoras.

Durante a realização deste trabalho, temos utilizado alguns procedimentos metodológicos, com intuito de gerar informações, para as análises qualitativas, explorando padrões e diferenças geracionais, com interpretação ancorada em teorias de gênero, raça e território, como a pesquisa de campo, incluindo a utilização do diário de campo, das entrevistas semi-estruturadas e os acompanhamentos às diversas atividades na comunidade.

REFERENCIAL TEÓRICO

A geografia se constituiu e se consolidou como uma ciência voltada aos interesses hegemônicos de uma política de dominação, tanto para ampliação, quanto para manutenção desta. Durante muito tempo esse conhecimento se mostrou incapaz de perceber, identificar, refletir e atuar sobre os aspectos assimétricos que organizam a sociedade, alicerçados nas relações desiguais de gênero, cor, raça, classe, sexualidade e região. A permanência dessas assimetrias tem sido responsável pela estagnação nas estratégias de apontar caminhos para contrapor seu avanço.

A insuficiência do debate das categorias de raça e gênero no campo da geografia não é casual e reflete uma estruturação histórica marcada por epistemologias eurocêntricas e patriarcais. A consolidação da geografia como ciência moderna, nos séculos XIX e XX, ocorreu



sob a influência de paradigmas positivistas e eurocentrados, que priorizavam análises objetivistas e quantitativas, excluindo questões de subjetividade, identidade e diferenças. Como aponta Kabengele Munanga (1999), o conceito de raça foi instrumentalizado historicamente para legitimar a dominação colonial e a exploração de populações não europeias, mas permaneceu amplamente ignorado nos discursos científicos que moldaram a geografia.

Essa exclusão também se aplica ao gênero, como evidenciado por Doreen Massey (apud Silva; Ornat; Chimin, 2017), que argumenta que a geografia tradicional reflete e reforça as relações de poder hegemônicas, incluindo a naturalização de papéis de gênero e a exclusão das mulheres como sujeitos geográficos. Na prática, isso resultou em uma geografia que, por décadas, ignorou as dimensões sociais e culturais que moldam o espaço, restringindo-se a análises que privilegiavam o Estado, o capital e outras forças macroestruturais.

No Brasil, essa lacuna é ainda mais significativa devido às especificidades históricas e sociais do país herdada do processo violento e exploratório da colonização. A escravidão, o patriarcado e a violência racial deixaram marcas profundas nas dinâmicas territoriais brasileiras, mas essas dimensões foram pouco abordadas de forma explícita pela geografia nacional. Autores como Rosa Ester Rossini (2004) destacam que, mesmo em estudos que abordam questões de trabalho e território, a análise de gênero e raça costuma ser relegada a um papel secundário, quando não completamente ignorada.

Essa invisibilidade evidencia a ausência de análises interseccionais que integrem as múltiplas formas de opressão vivenciadas por mulheres negras. Como enfatizam Silva e Silva (2014), a interseccionalidade oferece um instrumental teórico e metodológico crucial para compreender como raça, gênero e classe se articulam no espaço, mas ainda enfrenta resistência significativa dentro da ciência geográfica. Essa resistência, por sua vez, está enraizada na hegemonia epistemológica que permeia o campo.

Desta forma, partimos de três conceitos principais para dar conta desse trabalho, são eles os conceitos de: *raça, gênero e território*. Esses três conceitos devem servir de base teórica para referenciar nossa escrita. Reivindicamos uma escrita feminista plural, que dê conta de exprimir a ampla compreensão de mulheridades, que seja antirracista e crítica. Uma escrita que seja capaz de se contrapor à hegemonia do pensamento eurocêntrico e ao apagamento das produções do Sul Global. O poder não se limita à força física ou à imposição, mas também se manifesta como uma capacidade de moldar a realidade e as relações sociais através de diferentes tipos de capital como, o econômico, cultural e simbólico (Bourdieu, 1989), portanto partimos do capital cultural e simbólico para provocar a universidade sobre um saber oriundo das comunidades para dentro da instituição, pois acreditamos na transformação epistemológica do



conhecimento universalizado a partir do respeito ao conhecimento produzido no cotidiano das vivências comunitárias.

Ancoradas nos aportes para construir uma geografia cada vez mais ampla e inclusiva, buscamos nos apoiar em trabalhos que há muito já vem promovendo fissuras geográficas que revelam a necessidade de produzir uma geografia cada vez mais diversa, transformadora e democrática. Por tanto aprofundamos nossa teoria numa geografia racializada e generificada com autoras e autores como: Maria das Graças da Silva (2014), Joseli Maria Silva (2014), Geny Ferreira Guimarães (2019,2020), Doreen Massey (1984) e Alex Ratts (2008, 2014, 2020). Contamos ainda com o suporte de outras ciências, garantindo a transdisciplinaridade com apoio de Kabengele Munanga (2003), Carla Akotirene (2019), Kimberle Crenshaw (2025), Sueli Carneiro (2025), Lélia Gonzáles (2020), Geni Núñez (2021) e Aníbal Quijano (2005), visando contribuir para a geografia feminista e os estudos interseccionais e descoloniais no Brasil, referenciamos nossa pesquisa na tentativa de elaborar debates anticoloniais sobre o saber geográfico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Autores como Alex Ratts (2014), Kabengele Munanga (2003) e Carla Akotirene (2020) defendem a necessidade de uma ruptura epistemológica no campo científico. Ratts (2014) chama atenção para a articulação entre raça e gênero nas dinâmicas espaciais; Munanga (2003) evidencia como a noção de raça, construída para legitimar opressões, permanece viva na estrutura do conhecimento; Akotirene (2020), por sua vez, reforça que a interseccionalidade deve ser entendida não como identidade, mas como ferramenta analítica crítica e política. Com base nesses referenciais, o artigo sustenta que a invisibilização de raça e gênero na Geografia não é inocente, é uma escolha estruturada e estrutural.

A crítica não se limita à denúncia, mas também aponta caminhos. Ao reivindicar a inclusão das vozes dissidentes na produção do saber geográfico, o artigo propõe práticas metodológicas participativas e defende uma geografia engajada com os movimentos sociais, capaz de romper com o patriarcado epistêmico e o racismo estrutural. Trata-se de pensar o território como um campo de disputa simbólica e material, onde as vozes subalternizadas das mulheres negras reivindicam visibilidade e reconhecimento.

Por estar em andamento, a pesquisa ainda não apresenta resultados, no entanto é importante dizer que é um caminho em construção, que exige um compromisso ético e político com a inclusão de saberes historicamente silenciados. A interseccionalidade aparece como a



base de uma geografia transformadora, onde o território é pensado a partir das experiências concretas das mulheres negras. Mais do que uma abordagem que tensiona o campo do saber, trata-se de fortalecer o debate por uma Geografia cada vez mais plural, antirracista e feminista.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A geografia, enquanto ciência que estuda o espaço em suas múltiplas dimensões, não pode se furtar a abordar as questões de raça e gênero como categorias centrais em suas análises. Ao incorporar a interseccionalidade como princípio teórico e metodológico, a ciência geográfica não apenas preenche lacunas analíticas, mas também se torna uma ferramenta poderosa para enfrentar as desigualdades que estruturam o território. Como demonstrado ao longo deste artigo, o fortalecimento de uma geografia feminista e antirracista é um projeto tanto acadêmico quanto político, que exige o comprometimento contínuo de pesquisadoras e pesquisadores, instituições e movimentos sociais. “O feminismo na prática acadêmica é uma perspectiva subversiva mais ampla”, (Doreen Massey apud Silva et al, 2017, p.12) e se aliada com o enfrentamento ao racismo, tornar-se-á uma arma poderosa no enfrentamento às opressões e na transformação socioespacial necessária à vida justa de sujeitos dissidentes. É nesse horizonte que reside o potencial transformador da geografia, não apenas como um lugar do saber, mas como uma prática engajada, emancipadora e solidária e libertadora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2020.

ALVES, Camila Gomes. **Trabalho e gênero nas obras de Rosa Ester Rossini**. XIII ENAPEGE. Anais, São Paulo, 2019.

BORGES, Maristela Correa. BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A pesquisa participante: um momento da educação popular. **Rev. Ed. Popular**, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.

HAESBAERT, Rogério. Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)territorial/de(s)colonial na “América Latina”. 1ª ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: **CLACSO**; Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal Fluminense, 2021.

ISIDORIO. Ana Verônica Barbosa. **Maracatu Uinu Erê: Tambores e Batuques Ritmando a Cidadania na Comunidade do Sítio Carrapato**, Município de Crato-CE. Especialização em



Cultura Popular, Arte e Educação do Campo (monografia) – Residência Agrária da Universidade Federal do Cariri – UFCA, 2015.

MUNANGA, Kabengele. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia**. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional de Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03.

RATTS, Alecsandro. **Fronteiras de gênero e de raça**: articulações teóricas. In: COSTA, Claudia de Lima; FURLIN, Marli. (Orgs.). Feminismo e interseccionalidade: estudos feministas sobre a intersecção entre raça, classe e gênero no Brasil. Florianópolis: Mulheres, 2014. p. 21-45.

ROSSINI, Rosa Ester. Mulheres, Espaço e Resistências: contribuições para o debate de gênero na Geografia. In: CASTRO, C. L. et al. (Orgs.). **Geografia e gênero no Brasil**: epistemologias e práticas em diálogo. São Paulo: Editora Contexto, 2013. p. 103-125.

_____. Geografia e gênero: a mulher como força de trabalho no campo. **Informações econômicas**, p. 41-52, 1993.

_____. A luta das mulheres brasileiras por igualdade, equidade de gênero e cidadania. In: COVA, Anne; RAMOS, Natália; JOAQUIM, Teresa (Org). **Desafios da Comparação. Família, Mulheres e Gênero em Portugal e no Brasil**. Oeiras: Portugal: Celta, 2004, p. 17-32.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço**: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Editora Hucitec, 1996.

SAQUET, Marcos Aurélio. As diferentes abordagens do território e a apreensão do movimento e da (i)materialidade. **Geosul**, Florianópolis, v. 22, n. 43, p 55-76, jan./jun. 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. SPOSITO, Eliseu Savério (orgs). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos -1. ed. São Paulo: Expressão Popular: UNESP. Programa de Pós-Graduação em Geografia, 2008.

SILVA, Maria das Graças S. N. e SILVA, Joseli Maria (ORGs). Interseccionalidades, gênero e sexualidades na análise espacial. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 25-44, jan./jun. 2014.

SILVA, Joseli Maria. ORNAT, Marcio Jose. CHIMIN, Alides Baptista Junior. ‘Não me chame de senhora, eu sou feminista’! Posicionalidade e reflexibilidade na produção geográfica de Doreen Massey. **GEOgraphia Niterói**, Universidade Federal Fluminense. ISSN 15177793 (eletrônico). Vol.19, Nº 40, 2017.

SOUZA, Ângela Fagna Gomes de. Saberes dinâmicos: o uso da etnografia nas pesquisas geográficas qualitativas. In: MARAFON, RAMIRES, RIBEIRO, PESSÔA (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em geografia**: reflexões teórico-conceituais e aplicadas. Rio de Janeiro – RJ, 2016.